

Poder político e justiça costumeira no sertão norte oriental do Brasil setecentista: problemas e abordagens

PAULO HENRIQUE MARQUES DE QUEIROZ GUEDES*

1 Introdução:

Nosso estudo de doutorado, ora em andamento, propõe uma análise do universo político-cultural sertanejo consubstanciado pelas práticas do mando e dos atos ilícitos na Paraíba setecentista. Destacaremos assim, como especificidades desse objetivo geral, o mandonismo local e suas reações e conexões com as estruturas de poder regionais ou centrais, as manifestações da criminalidade na sociedade em questão e a natureza dos constantes conflitos e complementaridades entre a justiça oficial e a justiça costumeira.

O espaço que abordamos neste trabalho é o sertão da capitania real da Paraíba em meio a sua colonização. Neste contexto, o sertão representava todo um espaço físico que correspondia, no século XVIII, às mesorregiões que atualmente são denominadas de Cariri, Seridó, Brejo e Curimataú, além da própria mesorregião denominada Sertão, ou seja, tratava-se de uma região que no período colonial equivalia a mais de 2/3 do território da capitania. Contudo, para além da caracterização física deste espaço, é importante destacar que – nas representações sobre o território colonial – o sertão aparecia quase sempre como oposição ao litoral colonizado. Porém, vale lembrar também que existiram ainda outras conotações construídas pelos homens da época e mais ou menos problematizadas pela historiografia, a exemplo da ideia do sertão como “terra-sem-lei” – na qual a violência era sua maior marca – em razão de o poder estatal não conseguir se fazer presente de forma efetiva para impor a ordem, coibindo abusos e transgressões. Assim, no vácuo dessa pretensa ausência de poder formal se constituíram, de acordo com esta ideia, “territórios de mando”, nos quais se praticavam abusos sob a anuência de potentados que, por vezes, protegiam os facinorosos, ora os puniam, de acordo com a conveniência e em consonância com as tradições.

Sem querer negligenciar esta linha interpretativa, já há muito cristalizada na historiografia brasileira, pretendemos, noutro sentido, demonstrar que a criminalidade

*Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de história do Instituto Federal de Pernambuco. profpaulohenrique@gmail.com

no sertão colonial da Paraíba, bem como a justiça privada característica deste espaço, podem ser melhor compreendidas como um comportamento típico, diferente, mas não como resultado de uma mera ausência de ordem estatal. Assim, longe de procurarmos enxergar a justiça costumeira sertaneja como desregramento social fruto da inoperância do Estado, apontaremos para um caminho alternativo destacando a mesma como um mecanismo informal no processo de normatização social. Desta forma, entendemos o sertão como um espaço no qual se estabeleceram complexas, conflitantes e/ou complementares relações de poder entre a administração da coroa e os potentados locais.

É válido dizer, neste sentido, que a questão torna-se mais complexa na medida em que percebemos, a partir da documentação do período, que em muitos casos os agentes que representavam o poder estatal eram os mesmos que impunham a justiça privada e que, não raro, cometiam ilícitos. É nesse sentido que centramos a discussão na prática do mando mediada pelas relações entre o poder político e os atos ou ganhos ilícitos, objetivando ainda, perceber a formação de redes de poder (clientelas, parentesco, solidariedades, proteções e negócios) entre os potentados locais e o Estado ou sociedade.

Estabelecemos este recorte cronológico – o século XVIII – em razão de duas questões principais. Primeiro porque passado o período inicial de conquista colonial do sertão da capitania da Paraíba (últimas décadas do século XVII e primeiras décadas do século XVIII) começam a surgir os primeiros aglomerados “urbanos” no sertão – a exemplo da povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, localizada às margens do rio Piancó – que por sua vez, possibilitaram a região uma maior presença do Estado, a partir do estabelecimento de lócus do poder formal (freguesias e vilas), com seus respectivos agentes políticos. Relacionado a este aspecto é importante ressaltar que durante o período pombalino (1750-1777), e mesmo poucas décadas depois, houve um impulso no processo de “municipalização” da capitania da Paraíba a partir da criação de vilas, tanto no litoral quanto no sertão. Em relação a este último espaço, são exemplos deste processo a criação das vilas de Souza (1766), Pombal (1772), Vila Nova da Rainha (1790) e São João do Cariri (1803).

A outra questão relevante na escolha de nosso recorte relaciona-se ao fato de o mesmo estar inserido num quadro de profundas mudanças institucionais levadas a cabo

pela anexação da Paraíba à capitania de Pernambuco, entre 1755 e 1799. Na Paraíba, este período foi marcado por um grande crescimento da população, pela criação de freguesias e vilas e pela ampla distribuição de sesmarias nas terras semi-ocupadas do sertão e do brejo (esta última foi à derradeira grande região a ser colonizada na Paraíba). Com a anexação, a Milícia e Fazenda da Paraíba foram subordinadas à capitania de Pernambuco, embora a instância jurídica (tratava-se da ouvidoria da Paraíba, órgão criado em 25 de janeiro de 1688) tenha permanecido autônoma e com ampla jurisdição, ultrapassando os limites territoriais da capitania se estendendo para capitânicas vizinhas: Ceará (até 1723), Itamaracá (até 1752-54) e Rio Grande (até 1818). Este contexto político configurou ainda intermináveis conflitos entre autoridades e/ou de jurisdição no âmbito da ouvidoria da Paraíba e em outras instâncias de poder, problema que era apontado pelas autoridades como um das causas que concorria para um pretense estado de violência generalizada no sertão. Quanto a este último aspecto, é importante ressaltar que os conflitos de poder e de jurisdição revelam-se nas práticas políticas observadas, por exemplo, a partir das acusações mútuas das autoridades e demais súditos que constam na documentação da época.

O trabalho que ora apresentamos é resultado de reflexões ainda em andamento acerca das possibilidades de norteamento teórico da pesquisa. Para tanto, lançamos mão de uma discussão que enfatiza o diálogo entre a história do poder político e a teoria social. Procuramos traçar um panorama da trajetória dos estudos no campo da antropologia da política com o objetivo de mostrarmos os pontos de aproximação, a partir da década de 1970, com a história do poder político. Esta aproximação, por sua vez, deu origem a uma renovação no campo dos estudos do poder político na história e que teve igualmente, pontos de intersecção – tanto no plano conceitual quanto acerca das abordagens propostas – com a história social e cultural. Assim, para discutir a temática da pluralidade política e jurídica, característica marcante das sociedades do Antigo Regime, torna-se necessário igualmente refletir sobre as contribuições no campo da teoria social que possibilite suporte teórico-conceitual para a análise das relações entre poder político (formal e informal) e a criminalidade ou desvios de conduta na América portuguesa, objeto central de nossa proposta de tese.

Tomando por base essa abordagem temática, faz-se necessária sólida base teórica que enfoque a pelo menos dois conjuntos de problemas centrais: a natureza do

poder político, e; as relações entre a lei (direito) e a sociedade. Situando nossa pesquisa no campo amplo da história do poder político, torna-se importante proceder a uma discussão que destaque a importância da teoria social para este campo de estudos, que tem como um de seus objetivos privilegiados entender como os atores sociais compreendem e vivenciam o poder político num dado contexto. Em outras palavras, trata-se de perceber como eles interagem e se influenciam reciprocamente por meio de complexas e dinâmicas relações.

2 História e teoria social: propostas para um estudo do poder político na América portuguesa:

Nosso objetivo central neste trabalho centra-se na análise do sistema de poder político enquanto objeto recortado – mas de modo algum dissociado – de outros sistemas de poder (econômico, simbólico, dentre outros). Ressaltamos, contudo, a importância de levar em conta a heterogeneidade de uma sociedade, tal como a sertaneja no século XVIII, formada por redes com múltiplas percepções e aspirações. Desta forma, os fenômenos políticos não podem ser vistos como um dado *à priori*. Noutro sentido, o poder político deve ser investigado a partir dos comportamentos sociais, das práticas em contextos particulares que por sua vez são – pelo menos em algumas de suas características – passíveis de generalizações.

Assim, foi principalmente a antropologia da política que se configurou, nas últimas décadas, como uma interlocutora importante da história, principalmente em abordagens que privilegiam as dimensões simbólicas do poder político (KUSCHNIR, 2007: 19). Contudo, este encontro tardio não reflete de modo algum o antigo interesse pela política em ambas as áreas de conhecimento (KUSCHNIR, 2007: 19). Ainda assim, é imprescindível para o historiador do poder político entender a trajetória recente que levou a esta aproximação em novos moldes.

Conforme explica Karina Kuschnir, o termo antropologia da política (ou antropologia política como é mais conhecido entre os historiadores) foi consagrado a partir de 1959 em razão de um trabalho produzido por David Easton, que elaborou uma síntese bibliográfica sobre o tema. A autora explica que Easton, nesta obra, cobrou de

forma pioneira, uma autonomia temática no âmbito da antropologia em relação às práticas e instituições políticas.

Criticando Easton pela ausência de uma visão “relacional” em seus estudos, o antropólogo Raddiffie-Brown entendia os estudos dos sistemas políticos como um meio para entender as instituições sociais. Pouco depois, sob influência do estruturalismo e da pesquisa etnográfica, os estudos no campo da antropologia da política foram sendo dissociados dos modelos das sociedades ocidentais contemporâneas, o que ajudou sobremaneira a combater visões etnocêntricas que entendiam a política como instância necessariamente ligada ao Estado (KUSCHNIR, 2007: 11-13). Sobre este aspecto, aliás, é importante lembrar as contribuições de E. E. Evans-Pritchard, que combateu as visões etnocêntricas dissociando a compreensão dos fenômenos políticos dos modelos das sociedades ocidentais. Estudando o sistema político entre os Nuer (povo que vive na África central), o autor demonstra como o problema do parentesco era a chave para o entendimento daquela forma de organização política.

Também na linha de frente do combate as visões etnocêntricas acerca da política, situava-se o antropólogo francês Pierre Clastres, que destacou em seus trabalhos a natureza do poder político nas sociedades indivisas, ao passo que rejeitava o evolucionismo político e a hierarquização de valores no campo político (CLASTRES, 1990). Para Clastres, em qualquer sociedade “o social é o político, o político é o exercício do poder” (CLASTRES, 2004: 146). Talvez tenha sido este, o autor que elaborou, no campo antropológico, a relativização mais radical da noção de política demonstrando a universalização e autonomia do poder numa perspectiva claramente anti-economicista.

Outro antropólogo da política de bastante destaque neste debate foi Edmund Leach. O pensamento do autor foi especialmente importante para história, na medida em que criticou duramente a ideia de “sociedade em equilíbrio contínuo”, de Evans-Pritchard, apontando desta forma para as necessárias interações entre estrutura e evento. Neste sentido, Leach demonstra em seus trabalhos, a contrapelo do estruturalismo clássico então em evidência, que as sociedades, do ponto de vista do poder político, estão em permanente mudança e que o estudo dos processos históricos seria o melhor caminho para apreender uma realidade a partir da análise dos mecanismos de integração

e conflito que, segundo o autor, caracterizam todas as sociedades do ponto de vista político KUSCHNIR, 2007: 13).

Feito este rápido percurso, poderíamos afirmar que a trajetória da antropologia da política pode ser genericamente dividida em dois grandes momentos. No primeiro deles, até as décadas de 1950-60, a ênfase dos estudos recaiu sobre os elementos de coesão e equilíbrio social no universo político (trata-se de uma herança claramente durkheimiana). A partir das décadas de 1970 -1980 por outro lado, houve maior interesse sobre as diferentes formas de relações de poder, não só no espaço, como também no tempo. Assim, neste último caso, evidenciaram-se as transformações sociais, representações e práticas ampliando-se o conceito de política com o estudo do poder político nas sociedades indivisas, de baixa institucionalidade ou mesmo relacionando os fenômenos políticos aos valores morais. Um trabalho pioneiro e de referência nesta perspectiva, e de grande inspiração teórica para nosso estudo, é a obra “Sociedade de Esquina”, de Willian Foote Whyte (publicado em 1943), no qual se relacionou política e o mundo do crime, destacando as redes de obrigações mútuas (lealdades) e trocas de favores como base das relações (WHYTE, 2005).

Segundo Karina Kuschnir, as décadas de 1960-70 representaram um contexto de grande efervescência da temática política na antropologia, a partir da cristalização da ideia de que as relações de poder são intrínsecas as relações sociais. Neste período, alguns nomes de destaque neste campo de estudos foram F. Mc Glynn, A. Tuden, Joan Vicent e Victor Turner. Este último, por exemplo, é tido como criador do método de análise conhecido como “dramas sociais”, no qual são analisados episódios em que irrompem tensões e conflitos inerentes a uma realidade social. Para nosso trabalho, é importante destacar a ênfase dos trabalhos do autor na permanente oscilação entre ordem e mudança, equilíbrio e desequilíbrio, estrutura e anti-estrutura.

Em se tratando de história, é importante destacar que as relações entre poder político e criminalidade no sertão da Paraíba setecentista ensejam problemas que, do ponto de vista teórico, tem sua origem na história do poder político, bem como na história social. Começando pelo primeiro campo, é importante lembrar este aspecto uma vez que, tradicionalmente, o conceito de poder tem sido usado na historiografia, incorretamente, como sinônimo de política. Noutro sentido, a historiografia do político nas últimas décadas tem redimensionando tal enfoque na medida em que o Estado e

suas instâncias administrativas deixaram de ser o principal – e em alguns casos o único – foco de atenção das análises. Dito isso, ressaltamos os fortes vínculos de nossa pesquisa com este campo historiográfico, em razão de nossa preocupação em revelar a heterogeneidade das manifestações do poder no contexto em questão. Trata-se do poder político visto como objeto de investigação, enquanto estratégia social corporificada nas práticas, comportamentos e normas de conduta que variam em sua natureza, de acordo com diferentes espaços e temporalidades.

São por demais conhecidas, entre os historiadores, as críticas direcionadas a uma historiografia tradicional, que cristalizou a política como única forma de poder, elegendando-a ainda como objeto privilegiado. Presente desde a historiografia grega clássica, este tipo de história tornou-se majoritária até o início do século XX, momento em que começou a ser duramente criticada pela sua ênfase nos eventos protagonizados por “grandes homens”. Tratava-se de uma orientação política da história, enfocando assuntos dos interesses dos Estados ou dinastias de maneira excessivamente descritiva. A este respeito cabe lembrar que o advento da corrente historiográfica denominada de Romantismo, no século XIX, veio a reforçar os valores dessa história política, na medida em que erigiu o Estado-nação como temática principal e a narrativa (factual, cronológica, linear) como modelo. Sobre isso, trata Francisco Falcon, quando resalta o fato de esta escola historiográfica ter ficado refém de uma visão institucionalizada do poder (FALCON, 1997: 61-89). Segundo o autor, foi o historicismo no início do século XX, em vários países, que principiou alguma crítica a chamada “história tradicional” sem, contudo, conseguir romper com ela. O início da ruptura ocorreu, sobretudo, sob influência das intensas mudanças historiográficas promovidas pela Escola dos *Annales*, muito embora, os temas ligados a política, mesmo no modelo tradicional, não desapareceram completamente de cena (FALCON, 1997: 65-66).

O autor identifica ainda, o período entre o final da segunda guerra mundial e o fim da década de 1960 (FALCON, 1997: 71-75) como tendo sido marcado intensamente por uma crise mais aguda da história política tradicional, ao passo em que o período posterior teria representado uma gradual e progressiva constituição de uma “nova história política”. É importante, contudo, relativizar neste momento o impacto, fora da França, desse desprestígio completo da “história tradicional”, conforme alerta Falcon. Pelo contrário, no mais das vezes, em muitos países, ela passou a conviver com modelos

historiográficos renovados e em outros casos continuou sendo a forma de escrita de história hegemônica até bem pouco tempo (FALCON, 1997: 70). Vale salientar que a chamada “nova história francesa”, acentuou ainda mais a distância em relação a “historiografia tradicional”, ao passo que ajudou a reabilitar, por outros caminhos, a história do poder e da política, principalmente através das alianças promovidas com a antropologia (FALCON, 1997: 75). Assim, o retorno da política com outras abordagens (a partir da década de 1970) é resultado de certa reação a história estruturalista característica da segunda geração da Escola dos *Annales* (seja ela de cunho braudeliana ou marxista) estando associada “a redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura” (BURKE, 1997: 103).

Esta “nova história do poder” começou por redefinir o conceito de política e sua associação com o poder sob influência da antropologia. O resultado direto desta redefinição foi uma ampla inovação temática voltada para entendimento do poder fora das instituições propriamente políticas, num movimento que vinculou o poder político ao cotidiano na análise historiográfica. Assim, a aproximação com a antropologia também fez emergir essa temática em nível das representações e práticas, com destaque para o problema do simbólico e da representação, inseridos no campo de estudos denominado de cultura política.

Sobre isso é bom lembrar que o uso do conceito de cultura política por parte dos historiadores está intimamente relacionado à hegemonia do “paradigma culturalista”, com sua ênfase nos valores, crenças, normas e representações, conforme explica Rodrigo Patto Sá Motta (MOTTA, 2009: 13-15). Trata-se de uma ideia que se contrapõe ao paradigma iluminista no sentido do homem como ator social politicamente racional. Noutra direção, o conceito de cultura política aponta para a compreensão das ações políticas a partir do entendimento dos valores, sentimentos e tradições, ou seja, do político explicado pela cultura. Para nosso estudo, este conceito relaciona-se a necessidade de nossa parte de apreender o conjunto de valores e tradições do universo cultural sertanejo como base para o entendimento dos comportamentos relacionados à prática do mando e de suas relações com as condutas desviantes ou criminosas no sertão colonial.

Quanto à história social – o outro campo histórico de interesse para nosso estudo – destacamos de início a afinidade de nosso trabalho com a história social inglesa

devido a seu interesse pelos comportamentos sociais, suas dinâmicas e relações entre grupos. De modo geral, essa escola historiográfica, que teve como um dos seus principais nomes Edward P. Thompson, centrou-se no papel da ação humana na história, bem como no problema da identidade cultural dos grupos sociais. Embora não estejamos exclusivamente preocupados com a identidade sócio-cultural dos grupos subalternos, tal como Thompson, em boa parte de sua produção, nele nos inspiramos na ênfase que este deu aos comportamentos e dinâmicas sociais, bem como no estudo das relações entre os grupos.

3 Considerações finais:

Consideramos importante frisar que apresentamos neste trabalho uma forma de pensar teoricamente o poder político que consideramos mais apropriado ao nosso estudo de doutorado, o qual se direciona para uma história das relações sociais mediada pela prática do poder e de suas relações com os desvios ou atos ilícitos. Trata-se de pensar numa *law in action* em distinção de uma *law in the books*, de saber como as elites que detinham o poder formal e as elites que tinham outras formas de mando, se inter-relacionavam no arranjo social vigente. Assim, a escolha dos autores e abordagens relaciona-se, interdisciplinarmente, ao contexto e ao problema com o qual trabalhamos: trata-se assim, de pensar, do ponto de vista do poder político, sobre como a sociedade sertaneja se opôs ao Estado e ao formalismo jurídico, de pensar o sertão como espaço de baixa institucionalidade, de uma normatização alternativa a justiça oficial, enfim, de uma sociedade plural no campo político e jurídico. Contudo, fica manifesto ao longo do texto a aproximação, no campo da teoria, entre história e antropologia, fato que contribuiu decisivamente para a renovação histórica no campo da história do poder político ao qual nos referimos reiteradamente no texto.

Referências:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 503 p.

ASANTE, Molefi Kete. *The Painful Demise of Eurocentrism*. Asmara: Africa World Press, 1999.

AZEVEDO, Cecília et al. **Cultura política**: memória, e historiografia. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009. 544 p.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução; John C. Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. 243 p.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Tradução; Celso castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. 109 p.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**; sobre a teoria da ação. 8. ed. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996. 224 p.

_____. **O poder simbólico**. 12. ed. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 322 p.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. 354 p.

_____. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. 154 p.

_____. **História e Teoria Social**. Tradução: Klauss B. Gerhardt e Roneide V. Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 275 p.

_____. **O que é história cultural**. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 191 p.

_____. **Variedades de história cultural**. 2. ed. Tradução: Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 318 p.

CADIOU, François [et al]. **Como se faz a história**: historiografia, método e pesquisa. Tradução: Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 254 p.

CARR, Edward H. **Que é história?** Tradução: Lúcia M. de Alverga. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 189 p.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

_____. **Arqueologia da violência**: pesquisa de antropologia política. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. 327 p.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. (orgs.). **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000. 224 p.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 61-89.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989. 215 p.

_____. **Nova luz sobre a antropologia.** Tradução: Vera Ribeiro: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 247 p.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social:** encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Tradução: Cibele S. Rizek. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 337 p.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** história, retórica, prova. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 192 p.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. 73 p.

LEACH, Edmund Ronald. **Repensando a antropologia.** 2. ed. Tradução: José Luís dos Santos. São Paulo: perspectiva, 2006, 220 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história:** novos estudos. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. 230 p.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales:** a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 200 p.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** 2. ed. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 472 p.

SAHLINS, Marshall D. **Ilhas de História.** Tradução: Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 218 p.

_____. **Cultura e Razão Prática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **Cultura na prática.** 2. ed. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. 677 p.

_____. **Metáforas históricas e realidades míticas:** estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Antropologia e história:** debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 192 p.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas:** ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

STONE, Lawrence. *El pasado e el presente. México: Fondo de Cultura Económica Editorial, 1986. 292 p.*

THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VOEGELIN, Eric. **Anamnese:** da teoria da história e da política. Tradução: Elpídio Mário D. Fonseca. São Paulo: É Realizações, 2009. 544 p.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **Conceitos sociológicos fundamentais**. 3. ed. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2009. 87 p.

WHYTE, Willian Foote. **Sociedade de esquina**. 2. ed. Tradução: Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 390 p.

WOOD, Ellen M, FOSTER, John Bellamy. **Em Defesa da História**. Marxismo e pós-modernismo. Tradução; Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 216 p.